

GRITA JUNTO DE MIM, MOÇA! A MINHA VOZ NÃO FALA MAIS: OS GRITOS EMBARGADOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

*SCREAM TOGETHER WITH ME, GIRL! MY VOICE DOESN'T SPEAK ANYMORE: THE STOPPED
SCREAMS OF STREET WOMEN*

 <https://orcid.org/0000-0003-4900-3272> Marcia Jacob Vieczorek^A

^A Fundação Bradesco, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 14 jun. 2022 | **Aceito em:** 25 set. 2022

Correspondência: Marcia Jacob Vieczorek (marcia-jacob@hotmail.com)

Resumo

Muito mais do que refletir, este relato busca gritar. Trazer do silenciamento cotidiano as vozes de mulheres em situação de vulnerabilidade, que vivem nas ruas de uma cidade cheia de cores e sons, que pouco as escutam, que não ouve nada além da superficialidade da frase: “me dá uma moeda”. O presente relato é resultado de diálogos traçados a partir do meu envolvimento com a população em situação de rua no Rio de Janeiro. Resulta de atividades voluntárias em movimentos sociais e iniciativa pessoal. O interesse pelo campo de gênero surgiu através da congruência entre os relatos dessas moradoras, seus parceiros e parceiras, o olhar de diferentes profissionais envolvidos no trabalho voluntário e também conversas em diversos meios sociais, nos quais pude observar o quanto o preconceito e o estigma em relação às pessoas em situação de rua impacta no olhar e na assistência sobre as necessidades delas, principalmente no caso das mulheres. Ter contato e ouvir o que essas pessoas têm a dizer foi o que me levou a pensar sobre a forma com que a desigualdade de gênero reflete na vida de mulheres em situação de rua, aumentando a sua vulnerabilidade. Assim, a intersecção entre pessoas em situação de rua e gênero tem como objetivo contribuir no grito das mulheres que fazem da rua o seu espaço, e também na reflexão sobre como as concepções de gênero influenciam e impactam em seu cotidiano.

Palavras-chave: mulher; gênero; desigualdade; vulnerabilidade; população de rua.

Abstract

Much more than reflecting, this report seeks to scream. Bringing from everyday silencing the voices of women in situations of vulnerability, who live on the streets of a city full of colors and sounds, who hardly hear them, who hear nothing but the superficiality of the phrase: “give me a coin”. The present report is the result of dialogues drawn from my involvement with the homeless population in Rio de Janeiro. It results from voluntary activities in social movements and personal initiative. The interest in the field of gender emerged through the congruence between the reports of these residents, their partners and partners, the look of different professionals involved in volunteer work and also conversations in various social environments, in which I could observe how much prejudice



and stigma in relation to homeless people, it has an impact on the way of looking at and assisting their needs, especially in the case of women. Having contact and listening to what these people have to say is what led me to think about the way in which gender inequality reflects on the lives of homeless women, increasing their vulnerability. Thus, the intersection between homeless people and gender aims to contribute to the cry of women who make the street their space, and also to reflect on how gender conceptions influence and impact their daily lives.

Keywords: Women; Genre; Inequality; Vulnerability; Street population.

Introdução

Mendiga, pedinte, desabrigada, sem teto, moradora de rua, população de rua e pessoa em situação de vulnerabilidade. Para além de rótulos e de uma visão generalizante que contribuem para a formação de estigmas e ideias de fracasso, falar sobre essas pessoas sem nunca ter ouvido as suas vozes é desconsiderar as especificidades de uma população diversa e reforçar um parecer que condena à impossibilidade de mudança, impingindo uma visão determinista e definitiva. Sendo assim, o termo mais utilizado tanto nos movimentos sociais quanto nas políticas públicas atuais é População em Situação de Rua (sigla PopRua). Eu, particularmente, prefiro me referir utilizando a expressão pessoa em situação de vulnerabilidade, preferencialmente incluindo o nome da pessoa quando passa a ser de meu conhecimento. O cenário da População em Situação de Rua apresenta-se como um fenômeno diversificado, que aflige diferentes grupos de pessoas de várias maneiras. A busca por um conceito que consiga abranger todas essas pessoas está em construção, pois, hoje, ainda não é possível definir um bloco hegemônico com perfil que represente e identifique todas elas. A utilização do conceito sobre pessoas em situação de rua, baseia-se no que está disposto no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Assim, no art. 1º, parágrafo único, temos a seguinte definição:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

A estimativa do número de pessoas em situação de rua no Brasil é de aproximadamente 221.869 mil, conforme aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em março de 2020. Se levarmos em consideração que os dados remetem ao início da

pandemia no Brasil, é provável que os números tenham sofrido um aumento significativo ao longo do tempo, em decorrência da deterioração dos indicadores econômicos. A maior parte dessa população está localizada nas grandes cidades, sendo São Paulo o município com maior contingente, seguido do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo da População em Situação de Rua, 85,5% são do sexo masculino, de modo que a população feminina é bem menor. No entanto, isso não significa que as desigualdades de gênero e também de raça não sejam relevantes a partir de uma perspectiva interseccional¹, pois mulheres em situação de rua estão mais expostas à violência do que os homens.

Falar sobre essas mulheres é ajudar a dar voz a elas, pois, muitas vezes, não há quem as ouça. Destacamos, ainda, que falar a partir dessas mulheres não é ignorar a existência das necessidades dos homens que também estão na rua; não obstante, é urgente gritar pela existência de singularidades, sofrimentos, frustrações e desejos das mulheres em situação de rua que aparentam vivenciar ainda mais desumanidades. É imprescindível compreender que as situações que levam as mulheres para as ruas são os resultados de um construto social opressivo e cruel. Esse cenário denuncia a incompetência do Estado e a ausência de apoio da sociedade como um todo, que não consegue enxergar os sofrimentos que elas vivem em seus cotidianos.

Breve percurso metodológico

Este relato baseia-se na experiência de atuação voluntária com população em situação de rua, tanto em parceria com Centros de Referências Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), quanto por meio de iniciativa pessoal da autora deste relato de experiência, em proposta de distribuição de alimentos, roupas, material de higiene e acolhimento psicossocial.

Através de narrativas e entrevistas, as histórias de vida de pessoas foram sendo reveladas. Por meio da criação de vínculos foi possível a essas mulheres descrever, narrar e contar à sua maneira suas vivências, sua história de vida, “e assim nos fazer compreender as dinâmicas das relações que se estabelecem ao longo de sua existência” (OLA & SANTOS, 2003, p. 121).

¹ O termo interseccionalidade ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Kimberle Crenshaw na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, cujo objetivo foi introduzir assuntos há muito debatidos nos movimentos sociais dos feminismos negros nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe. A noção de interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, articulando raça, gênero, classe, sexualidades e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais.

Participaram deste relato de experiência quatorze mulheres em situação de rua, com idades entre dezenove e quarenta e nove anos, moradoras nos bairros do Méier, Sampaio e Jacaré. O tempo de vivência delas na rua variou de quinze dias a doze anos. Quanto ao estado civil, duas se declararam casadas, doze se declararam solteiras, entre estas, oito afirmaram possuir um parceiro. Em relação à escolaridade, três declararam possuir Ensino Fundamental completo, sete o Ensino Fundamental incompleto, uma o Ensino Médio completo, uma o Ensino Médio incompleto e duas não souberam falar sobre sua escolaridade, dessas, uma declarou não conseguir ler e escrever. Quanto ao número de filhos, duas mulheres tinham um, uma mulher não possuía nenhum e as demais possuíam de três a oito. Quanto à atividade profissional, todas se declararam desempregadas, e, desse universo, cinco coletavam materiais para reciclagem e duas disseram receber pensão.

Entre as 14 mulheres entrevistadas, sete declararam receber auxílio. Em relação aos vínculos familiares, apenas duas mantinham contato com sua família de origem. Quanto aos serviços acessados pelas mulheres, quatro frequentam eventualmente o Centro POP, três utilizam albergues, uma frequenta esporadicamente o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Entre essas mulheres, 11 declararam ter tido envolvimento com situações de uso de drogas, alcoolismo, roubos e prostituição. Quanto ao relato pessoal em relação a vivências de violência na rua: 12 afirmaram ter sofrido abuso sexual ou ainda violência psicológica.

É importante enfatizar que os relatos aqui registrados apresentar-se-ão transcritos na íntegra conforme a fala das mulheres.

O público e o privado: onde e como fica o corpo feminino na rua

Como professora atuante no Ensino Fundamental, a discussão acerca do que é considerado espaço começa na disciplina de História, Unidade Temática: A noção de espaço público e privado. É por ela que os alunos têm o primeiro contato com a conceituação. Segundo a BNCC (2008, p. 411): (EF03HI10), cabe a essa disciplina “identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção.”.

“O espaço público é considerado como aquele que seja de uso comum e posse de todos.²”; já os espaços privados são definidos como aqueles que “pertencem a alguém³.” Em uma análise inicial, não parece existir problema em estar na rua, uma vez que o espaço público é de uso de todos. Todavia, os livros didáticos não abordam (os) esses espaços como um lugar de morar. Talvez o assunto surja ao entrar no tema sobre os problemas do município, e entre eles, ocasionalmente, pode surgir algum tópico sobre a existência de pessoas morando na rua.

Sobre essa questão, em trabalhos por mim desenvolvidos, os quais tiveram como proposta a reflexão com alunos e professores de Ensino Fundamental sobre pessoas em situação de rua, pude verificar nos debates e registros iniciais que a representação da figura masculina (adulto ou menor) como morador de rua aparecia em 95% dos casos, ou seja, a imagem da mulher quase não existia, e quando era representada, surgia como alguém com o filho no colo pedindo dinheiro.

Sem deixar de olhar para a totalidade de pessoas em situação de rua, as representações acima mencionadas nos levam a pensar sobre a necessidade de considerar as especificidades existentes no grupo de mulheres. É preciso olhar para as situações particulares, que se apresentam com vivências e representações diferenciadas, expondo uma condição social, cultural e física de um corpo feminino na rua em uma situação de dupla vulnerabilidade. Por esse prisma, já não falamos mais de um espaço apenas enquanto lugar físico, mas de um espaço de existência humana construído histórico e culturalmente a partir das interações e relações, no qual indivíduos e lugar são afetados um pelo outro, construindo uma consciência ativa significativa para quem nele vive quanto “à consciência do mundo obtida através do lugar” (SANTOS, 2012, p.161-162).

É nesse lugar público, que é de todos, mas que ninguém é dono, que é variado em movimento, relações e interpretações, exposto a olhares e julgamentos, que moram mulheres com diversas histórias e vivências tentando diariamente tornar privado e pessoal suas vidas expostas em um lugar público.

² O termo interseccionalidade ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Kimberle Crenshaw na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, cujo objetivo foi introduzir assuntos há muito debatidos nos movimentos sociais dos feminismos negros nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe. A noção de interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, articulando raça, gênero, classe, sexualidades e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais.

³ O termo interseccionalidade ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Kimberle Crenshaw na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, cujo objetivo foi introduzir assuntos há muito debatidos nos movimentos sociais dos feminismos negros nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe. A noção de interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, articulando raça, gênero, classe, sexualidades e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais.

Utilizando a frase de Ana, 37 anos, que no momento dessa entrevista estava no bairro do Sampaio, dormindo no início da construção inacabada do viaduto Procurador José Alves de Moraes, que gritou: - *Eu não estou em⁴ exposição!* e logo depois: - *Eu não tenho espelho pra saber como eu tô.*, que pretendo dialogar sobre os corpos femininos na rua.

Conceber o corpo em sua potencialidade, como dimensão expressiva de ser, estar, sentir e interagir no mundo, é tê-lo na perspectiva que o filósofo Merleau Ponty (1945/1994) nos apresenta: “o corpo percebe e é simultaneamente percebido”. Dessa maneira, o corpo não se dá como receptáculo passivo das sensações, mas como ator da experiência, sendo, portanto, capaz de afetar e ser afetado.

Mulheres em situação de rua afetam. Afetam quando passam, afetam quando olham, afetam quando falam, quando choram, quando dormem, quando não têm uma coberta que cubra seus corpos à noite, afetam com as roupas que vestem e com as que não vestem. Afetam quando dizem sim e também quando dizem não. Esses corpos afetam e não tem quem as proteja ou as ajude.

Mulheres em situação de rua são afetadas. São afetadas quando são violentadas com olhares, com falas, com violações de seus corpos, de seus direitos e de sua intimidade. São afetadas quando aceitam a condenação de que a exposição, a prostituição e a aceitação fazem parte de seus destinos.

Vozes nas ruas: caminhos, gritos, silenciamentos, dores e amores de mulheres em situação de vulnerabilidade estando na rua

Eu vivo no meu limite todos os dias, dona. Eu parei aqui, mas não sei dizer onde eu estou, só sei dizer que eu estou no limite (Caren, 38 anos). A vivência de Caren nas ruas nos faz pensar sobre os caminhos existentes entre sair de onde estava, chegar às ruas, ficar e, ainda assim, não estar. A ideia de liminaridade, que pode ser associada a sujeitos vivendo em situações limites, pode ser explicada por Laperriere (2007). A autora nos explica que essas pessoas vivem dois tipos de dimensões: a primeira é a dimensão da exclusão, e a segunda, da inclusão.

Exclusão aqui entendida como uma forma perversa de inclusão social que, deslegitimando e cassando os direitos daqueles que não se enquadram, mas os mantendo – até por ser impossível excluí-los – como “exemplos” de fracasso e de

⁴ Por uma questão metodológica, as narrativas das pessoas que participaram da pesquisa aparecem em itálico.

inadequação, atua como ameaça perene sobre aqueles a quem se pretende enquadrar. (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

A exclusão, no caso de Caren, se caracteriza por não mais pertencer ao seu grupo social e familiar anterior, enquanto a inclusão, por sua vez, fica incumbida de inserir esses sujeitos, de modo imprevisível e incerto, a um novo espaço. Assim, posso inferir que a inclusão e a exclusão estão intrinsecamente ligadas, pois a inclusão, em última instância, é a luta contra as exclusões, por isso é sempre um processo.

Uma mulher me perguntou se eu não queria fazer uma faxina. Eu disse que ia. Ela me olhou com cara de nojo. Deve ter me achado suja e nem voltou mais. Claro que ficou com medo de mim! E eu ia mermo! (Elizete, 41 anos).

Veio aquelas mulé lá com uma bolsa, com umas roupa grandona. Eu peguei e vesti, falei que não dava não. Elas falou que eu tô na rua e ainda quero escolher. As pessoas olha pra gente assim, vê que a gente tá na M. e acha que a gente tem que aceitar qualquer coisa.. (Stefany, 20 anos).

Eu não passo fome não, tá ligado?! Pego em qualquer lugar! Fome é fome! Pobre não escolhe comida não, tá ligado?! (Dayane, 31 anos).

As mina que descem olha pra gente e sacaneia, chama a gente de vagabunda. Os caras também pensa que a gente é vagabunda, que é piranha, que a gente é lanche da madrugada. Às vezes a gente faz uns lance aí pra eles. (Isabel, 26 anos).

As falas dessas mulheres demonstram que a violência vivenciada por elas vai além do fato de estarem ocupando um espaço da rua. Experimentar sentimento de rejeição e repúdio reforça o contexto da exclusão. As situações de vulnerabilidade fazem com que as mulheres se questionem quanto ao seu próprio valor, manifestando muito sofrimento em suas falas e interrogações sobre o que precisam aceitar ou questionar.

A exclusão produz sentimentos específicos que vão desde o sentir-se discriminado e inferiorizado até a revolta. Esses sentimentos não podem ser elucidados somente por meio de uma análise econômica. Eles são produzidos “por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2001, p. 9 apud SEPULVEDA, 2012, p. 54).

Esse é um dos contextos em que as mulheres em situação de rua constroem seus caminhos, suas identidades e sua memória social. Segundo Lima da Costa (2008), a memória social se configura por construções sociais em contínua transformação, buscando, simultaneamente, conservar algo do passado no presente, de modo que a forma de agir e pensar do indivíduo reflete essas experiências.

Nessa perspectiva, as construções das identidades dessas mulheres passam a estar sujeitas não só ao que elas vivem junto ao grupo social no qual estão inseridas na rua, mas

também são afetadas pela sociedade, fazendo com que vivenciem e experienciem diretamente a humilhação, a falta de reconhecimento e vergonha.

Guareschi et al (2004) considera que diante da significação do contexto de exclusão estão os ideais de segregação, exclusão e isolamento das classes pobres, colaborando com a crença de que nelas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência e os incapazes. Afirma ainda que na representação que as pessoas em situação de vulnerabilidade social possuem de si próprias, sobre suas existências, permeadas pela pobreza e riqueza, está presente a ideia do imutável, ou seja, da concepção de que o sujeito não tem possibilidade de se contrapor à realidade.

A higiene pessoal e as relações íntimas também são desafios que as mulheres em situação de rua encontram. Sendo um espaço público, a rua não assegura condições de privacidade e cuidados pessoais, como podemos ver no relato de uma moradora do bairro do Jacaré: *A gente precisa tomar banho naqueles dias, precisa tomar banho depois de fazer as coisas. Eu pego os modess ali na clínica, que as mulher me dá, mas eu tenho que me esconder pra botar.* (Maria Penha, 32 anos).

Ainda sobre a busca por sua privacidade, Marlene, 51 anos, nos conta: *Eu não posso ficar negando dá pro meu marido, senão ele arruma outra. A gente tem que pagar pra ir lá no beco, ou de madrugada quando a rua tá vazia.*

Os cuidados em saúde em relação a essas mulheres, segundo relato delas, apresenta importantes demandas, incluindo a dificuldade de acesso aos serviços de saúde que proporcionam os tratamentos. Uma das mulheres em situação de vulnerabilidade estando na rua na região do Meier nos apresentou um relato significativo:

Eu procurei ajuda, tomei banho no abrigo (Hotel Acolhedor), lá eles dão coisas de limpeza pra gente. Eu ia esperar eles virem (Consultório de Rua), mas eu quis ir. Fui bonitinha no CAPS, mas dei azar. Peguei uma mulher que nem me ouviu direito. Eu tenho muitos problema, já fui presa, já me prostitui, já apanhei muito, já roubei, já matei, mas não tem jeito de mudar não. Por isso eu fumo minhas paradas. Minhas paradas que são minha amiga. (Lúcia, 49 anos).

A inserção no mundo das drogas e da prostituição parece ser um cenário esperado pela sociedade no que se refere às mulheres em situação de vulnerabilidade estando na rua, o que contribui para criminalizar ainda mais essa população. Não se espera que essas mulheres passem por arrependimentos, depressões e gritem por ajuda. Como relembra Carreteiro (2003), as lógicas de invalidação e de depreciação acontecem, na maioria das vezes, em cenas públicas. Os sujeitos sentem-se diminuídos, desvalorizados e dificilmente conseguem partilhar esses sentimentos. Sob a perspectiva dos sujeitos, a expressão dos sentimentos sofre autocensura, já

que a sociedade proporciona pouco suporte para sua expressão, passando então a anulá-los e apagá-los. Mulheres que vivenciam situação de rua também são vítimas de preconceito quando procuram o serviço de saúde, pois, às vezes, se deparam com a inabilidade dos profissionais para uma escuta respeitosa de acolhimento de suas necessidades e demandas.

Mulheres na rua passam por dores de seus corpos expostos e violentados, sem espaço para defesa ou pedido de ajuda. Alessandra, 19 anos, entre choros, voz embargada e risos, relata uma parte de sua experiência como vítima de estupro:

A primeira vez eu devia ter uns cinco anos. Minha mãe mandava eu não contar pra ninguém. Eu saí de casa com um mano que eu tava com ele. Ele arrumava os caras e eu tinha que dar. Minha mãe ficou com dois filho meu. Mas na rua é f..., tu pode gritar que ninguém te ajuda não, já veio três, quatro, cinco, tudo em cima, esses filho da p... Mas tinha um que me aceitava mesmo assim, ficava comigo.

Nesses relatos, podemos observar que as violações de direitos dessas mulheres são fatos, que se comprovam no modo como sofrem severamente as condições sociais determinadas e impostas, seja no espaço da rua, manifestado pelas inter-relações, seja pelas instituições que negligenciam suas necessidades. O atendimento para as pessoas em situação de rua percorre a historicidade do próprio ser humano acolhido, pela negação de direitos em toda ou em boa parte da vida. É fundamental respeitar as subjetividades, as singularidades, os sofrimentos, as frustrações e os desejos, principalmente das mulheres que aparentam sofrer ainda mais desumanidades. É imprescindível compreender que as situações que as levam a ingressar nas ruas são consequências de um construto social opressivo e cruel, que denuncia a incompetência do Estado e a omissão de apoio da sociedade. São mulheres que vivenciam a mutilação de suas vidas de diversas maneiras, do sofrimento ético-político à negação imposta socialmente.

Nesse sentido, podemos perceber que são muitas as questões que atravessam os sujeitos envolvidos em condições de vulnerabilidade social, o que nos revela uma trama que vai muito além da objetividade, pois também nos apresenta cada vez mais o terreno subjetivo, na intenção de compreender as experiências advindas deste tipo de vivência.

Considerações finais

Você podia me ajudar falando por mim, ninguém me escuta (Elaine, 40 anos). Esse relato teve como objetivo gritar sobre uma parte das vivências sobre as condições das mulheres em situação de rua. Muito além do alimento que sacia a fome fisiológica delas.

Prosseguir estudando a especificidade de gênero na situação de rua é urgente. O olhar para as suas demandas precisa ser incorporado a políticas públicas que envolvam a sociedade

civil e os movimentos sociais. É necessário que as mudanças de paradigmas, posturas e valores faça repensar a questão das várias faces da violência contra a mulher em situação de vulnerabilidade estando na rua.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L. da; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BRASIL. *Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 1 de set. 2022.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Nota Técnica Conjunta n.001: SAS e SGEP*. Brasília: SAS, 2015. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/08/Nota-t--cnica--diretrizes-e-fluxograma-mulher-sit-rua.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, São Paulo, nº 14, 57-72, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42241/45914>. Acesso em: 1 de set. 2022.

CARRETEIRO, T. C.. Le corps surinvesti: Pathologie narcissique contemporaine. In: 7 Actes du Colloque L'individu hyper moderne, *ESCP – Université Paris*, Paris, v. 2, p. 213-222, 2003.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 4, p. 1-15, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/27033248.pdf>. Acesso em: 4 de set. de 2022.

DA COSTA, S. L. Os sentidos da comunidade: construções interacionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória/ES. 2008, 337 f. *Tese de Doutorado* (doutorado em psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/samiralima.pdf>. Acesso em: 6 de set. de 2022.

GUARESCHI, N. M. F. et al.. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de set. de 2022.

LAPERRIÈRE, H.. Práticas de enfermagem em saúde coletiva nos contextos de pobreza, incerteza e imprevisibilidade: uma sistematização de experiências pessoais na Amazônia. *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, v. 15(spe), p. 721-728, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/16885>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

MAIA FILHO, M. S. Entre o passado e o presente, a afirmação da memória como direito fundamental. 2013, 260 f. *Tese de Doutorado* (doutorado em Direito). Faculdade de Direito. UNB, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14161/1/2013_MamedeSaidMaiaFilho.pdf. Acesso em: 1 de set. de 2022.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OLIVEIRA, I. B. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEPULVEDA, D. Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. 2012, 244 f. *Tese de Doutorado* (doutorado em Educação). Faculdade de Educação. UERJ, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/10357/1/Tese%20Denize%20A%20X%20Sepulveda%20Bdt.d.pdf>. Acesso em: 2 de set. de 2022.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. da. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Revista Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. Disponível em <http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf>. Acesso em: 6 de jun. de 2022.